

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ nº 23.844.275/0001-07

NIRE nº 42 3 0004842-9

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis - SC - 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Central Fotovoltaica Assú V S.A. (Assú V ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Assú V é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Fotovoltaica Assú V, com capacidade instalada de 34,0 MW e garantia física de 9,2 MWh, localizada no município de Assú, Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Engie Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma holding controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e trading de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

4. Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta da Companhia alcançou 62,6 GWh, desempenho 9,9% inferior à observada em 2024, que foi de 69,5 GWh.

O índice de disponibilidade energética interna, considerando-se as indisponibilidades de trackers e inversores, em 2025 atingiu 98,30%, 0,53 p.p. inferior ao obtido em 2024, de 98,83%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2025	2024	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	36.677	35.719	958	2,7
Lucro bruto	19.924	15.337	4.587	29,9
Margem bruta	54,3%	42,9%		11,4 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	19.466	14.645	4.821	32,9
Ebitda (Lajida) ¹	28.617	23.647	4.970	21,0
Margem Ebitda (Lajida)	78,0%	66,2%		11,8 p.p.
Resultado financeiro	(4.394)	(3.771)	(623)	16,5
Lucro líquido do exercício	14.427	10.874	3.553	32,7

¹ Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o aumento decorreu substancialmente, pelo aumento das transações no mercado de curto prazo, pela atualização monetária dos contratos de venda de energia entre os exercícios comparados, atenuado pelo reconhecimento de ressarcimentos no ano de 2025.

EBITDA: o aumento é motivado, principalmente, pela diminuição da energia comprada para revenda e pelo aumento da receita operacional líquida e.

Resultado financeiro: o aumento é proveniente, substancialmente, pela diminuição da renda de aplicações financeiras e atenuado pela redução de juros e variação monetária sobre financiamento.

Lucro líquido do exercício: aumento motivado pelos efeitos anteriormente citados, líquidos dos tributos sobre o lucro.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram outros serviços, exceto aqueles relacionados à auditoria independente em 2025.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ Nº 23.844.275/0001-07| NIRE Nº 42 3 0004842-9
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.684	11.230
Contas a receber de clientes	5	3.368	3.279
Outros ativos circulantes		7.160	4.165
		31.212	18.674
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	5.934	5.330
		5.934	5.330
Imobilizado	7	177.581	183.733
Intangível		335	317
		183.850	189.380
TOTAL		215.062	208.054
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	2.473	6.773
Dividendos	11	3.426	2.583
Financiamento	10	6.501	6.639
Ressarcimentos às distribuidoras	12	7.579	3.623
Outros passivos circulantes		1.108	801
		21.087	20.419
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	4.610	4.496
Financiamento	10	74.795	81.142
Provisão para desmobilização	7	6.271	4.699
		85.676	90.337
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	80.387	80.387
Reservas de lucros		27.912	16.911
		108.299	97.298
TOTAL		215.062	208.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ Nº 23.844.275/0001-07| NIRE Nº 42 3 0004842-9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	36.677	35.719
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7	(9.151)	(9.002)
Serviços de terceiros		(3.472)	(3.567)
Energia elétrica comprada		(970)	(3.461)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(436)	(421)
Outros		(2.724)	(3.931)
		(16.753)	(20.382)
LUCRO BRUTO		19.924	15.337
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(458)	(692)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		19.466	14.645
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		1.429	2.680
Renda de depósitos vinculados		673	464
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(5.571)	(6.086)
Juros sobre fornecedores		(495)	(421)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	7	(197)	(188)
Outras despesas financeiras, líquidas		(233)	(220)
		(4.394)	(3.771)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		15.072	10.874
Imposto de renda e contribuição social correntes	13		
Imposto de renda		(468)	-
Contribuição social		(177)	-
		(645)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		14.427	10.874
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		0,18	0,14

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.427	10.874
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	14.427	10.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ N° 23.844.275/0001-07 | NIRE N° 42 3 0004842-9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31.12.2023		125.848	1.755	6.865	-	134.468
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.874	10.874
Redução de capital		(45.461)	-	-	-	(45.461)
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	544	-	(544)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(2.583)	(2.583)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	7.747	(7.747)	-
Saldos em 31.12.2024	11	80.387	2.299	14.612	-	97.298
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.427	14.427
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	721	-	(721)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(3.426)	(3.426)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	10.280	(10.280)	-
Saldos em 31.12.2025	11	80.387	3.020	24.892	-	108.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ Nº 23.844.275/0001-07| NIRE Nº 42 3 0004842-9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	15.072	10.874
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	9.151	9.002
Juros e variação monetária sobre financiamento	5.571	6.086
Juros sobre fornecedores	495	421
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	197	188
Renda de depósitos vinculados	(673)	(464)
Outros	388	438
Resultado antes dos tributos ajustado	30.201	26.545
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(91)	(202)
Outros ativos	(4.034)	5.217
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(2.847)	(1.280)
Ressarcimentos às distribuidoras	3.956	3.110
Outros passivos	37	(353)
Caixa gerado nas operações	27.222	33.037
Pagamentos de juros sobre financiamento	(5.625)	(6.078)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	686	(570)
Caixa líquido das atividades operacionais	22.283	26.389
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(3.884)	(2.606)
Caixa líquido das atividades de investimento	(3.884)	(2.606)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	-	(45.461)
Pagamento de financiamento	(6.431)	(6.027)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	69	47
Dividendos pagos	(2.583)	(2.288)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(8.945)	(53.729)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	9.454	(29.946)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	11.230	41.176
Saldo final	20.684	11.230
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	9.454	(29.946)
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(1.079)	-
Fornecedores de imobilizado	(2.105)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ Nº 23.844.275/0001-07| NIRE Nº 42 3 0004842-9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Fotovoltaica Assú V S.A. ("Assú V" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 20.11.2015, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica por meio da implantação e exploração da Usina Fotovoltaica Assú V (Usina), bem como a implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrente de suas atividades e constituir ou deter participação em consórcios para consecução do seu objeto social. A Companhia foi inicialmente constituída como Sociedade Limitada, tendo tido sua natureza jurídica alterada para Sociedade Anônima em 01.01.2019.

A Usina iniciou sua operação comercial em 23.12.2017, está localizada no município de Assú (RN) e possui potência instalada de 34,0 MWp e capacidade comercial de 9,2 MW médios. A vigência de sua autorização é até junho de 2051.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. (ENGIE Brasil Energia).

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 16.04.2026.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

e) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, apuradas no regime de tributação do Lucro Real, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

j) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no INATIVO (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

l) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na origem e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
CPC 51 O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	3.759	10.121
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	16.925	1.109
	20.684	11.230

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2025 e de 2024 foi de cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2025 os valores a receber no montante de R\$ 3.368 (R\$ 3.279 em 31.12.2024) correspondem, substancialmente, a comercialização de 9,2 MW médios no Leilão de Energia de Reserva promovido pela Aneel, ao valor de R\$ 457,28/MWh, reajustado anualmente pelo IPCA, pelo prazo de 20 anos, cujo início do fornecimento ocorreu em 01.11.2018.

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 5.934 (R\$ 5.330 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, para a usina que contrata serviços de terceiros para essas atividades.

NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2025			31.12.2024
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,8%	230.951	(64.902)	166.049	169.946
Edificações e benfeitorias	3,5%	8.782	(2.424)	6.358	6.665
Móveis e utensílios	6,2%	92	(18)	74	35
Direito de uso de arrendamentos		5.641	(1.203)	4.438	4.407
		245.466	(68.547)	176.919	181.053
Em curso		662	-	662	2.680
		246.128	(68.547)	177.581	183.733

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Direito de Uso de arrendamentos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31.12.2023	177.760	6.971	3.704	28	436	188.899
Ingressos	-	-	-	-	2.622	2.622
Remensuração	-	-	898	-	-	898
Desmobilização	779	-	-	-	-	779
Baixas	(463)	-	-	-	-	(463)
Transferências	367	-	-	11	(378)	-
Depreciação	(8.497)	(306)	(195)	(4)	-	(9.002)
Saldo em 31.12.2024	169.946	6.665	4.407	35	2.680	183.733
Ingressos	-	-	-	-	1.779	1.779
Remensuração	-	-	272	-	-	272
Desmobilização	1.172	-	-	-	-	1.172
Baixas	(224)	-	-	-	-	(224)
Transferências	3.753	-	-	44	(3.797)	-
Depreciação	(8.598)	(307)	(241)	(5)	-	(9.151)
Saldo em 31.12.2025	166.049	6.358	4.438	74	662	177.581

c) Provisão para desmobilização

A companhia mantém reconhecido em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de sua Usina, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esses parques e de restauração do local ao final dos prazos de autorização.

Taxa de desconto	Período de amortização	31.12.2025		31.12.2024	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
5,71%	2051	4.973	(269)	4.704	3.575

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente é baseada nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

d) Autorização do Órgão Regulador

Em 23.12.2017, a Aneel autorizou a entrada em operação comercial da Usina. A transferência dos ativos para o imobilizado em serviço ocorreu em janeiro de 2018, após a conclusão da totalidade da obra.

NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Arrendamentos a pagar	5.276	5.120
Fornecedores de materiais e serviços	1.731	1.177
Encargos de uso da rede elétrica	72	63
Fornecedores de imobilizado	4	2.109
Energia elétrica comprada	-	2.800
	7.083	11.269
Passivo circulante	2.473	6.773
Passivo não circulante	4.610	4.496
	7.083	11.269

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2025	2026	Provável	$\Delta + 25\%$ (*)	Administração
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2026.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
Financiamento				
IPCA	81.296	244	(813)	-

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	81.296	87.781
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(5.934)	(5.330)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(20.684)	(11.230)
Dívida líquida	54.678	71.221
Patrimônio líquido	108.299	97.298
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	0,5	0,7

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2025, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	2.473	1.190	1.190	7.965	12.818
Financiamento	7.978	15.543	15.042	53.248	91.811
	10.451	16.733	16.232	61.213	104.629

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	16.925	1.109
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	3.759	10.121
Contas a receber de clientes	3.368	3.279
Depósitos vinculados	5.934	5.330
	29.986	19.839
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	7.083	11.269
Financiamento	81.296	87.781
Ressarcimentos às distribuidoras	7.579	3.623
	95.958	102.673

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

Saldo em 31.12.2023	93.800
Juros e variação monetária	6.086
Amortização do principal	(6.027)
Amortização de juros	(6.078)
Saldo em 31.12.2024	87.781
Juros e variação monetária	5.571
Amortização do principal	(6.431)
Amortização de juros	(5.625)
Saldo em 31.12.2025	81.296
Passivo circulante	6.501
Passivo não circulante	74.795
	81.296

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2027	6.401
2028	6.401
2029	6.401
2030	6.401
2031	6.401
2032 a 2036	32.005
2037 a 2038	10.785
	74.795

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento				Saldo em 31.12.2025
	Encargos	Vencimento	Principal	Encargos	
BNB	IPCA + 1,76% a.a.	07.2038	Mensais, a partir de 08.2023	Mensais	81.296

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor de direitos e créditos emergentes da concessão e de direitos creditórios dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (ii) constituição de Conta de Reserva de Operação e Manutenção, em valor equivalente a 25% do valor anual das despesas com O&M; (iii) Cessão Fiduciária de Conta-Reserva; (iv) conta reserva em valor mínimo equivalente a 4,09% do saldo devedor total do financiamento; (v) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (vi) fiança corporativa da Companhia; e (vi) Contrato de Suporte de Acionistas celebrado com a Companhia.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2025 é de R\$ 80.387 (R\$ 80.387 em 31.12.2024), representado por 80.387.156 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 80.387.155 pertencem à controladora ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP") e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia. A ECP é controlada pela ENGIE Brasil Energia.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2025, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 3.426.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2025, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R\$ 10.280 do lucro do exercício de 2025 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos no parque gerador da Companhia.

NOTA 12. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	38.882	39.358
Transações no mercado de curto prazo	1.425	2
	40.307	39.360
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(3.630)	(3.641)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	36.677	35.719

Em 2025, a Companhia realizou o montante de R\$ 4.286 referente ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins, (em 2024 a Companhia realizou o montante de R\$ 2.822 referente às provisões registradas em anos anteriores). Tal realização foi feita em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", no passivo circulante.

NOTA 13. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para o uso do sistema de distribuição e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte. O contrato tem vigência até 31.10.2038. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 3.466.

b) Contrato de Conexão

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até 31.10.2038. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 2.152.

c) Venda de energia

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo, firmados em decorrência do Leilão de Energia de Reserva promovido pela Aneel, de 01 de novembro de 2018, pelo prazo de 20 anos. O compromisso de venda futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão, em 31.12.2025 é de R\$ 495.754.

NOTA 14. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. A Assú V participa da referida apólice no montante de R\$ 335.442 para danos materiais e R\$ 63.233 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2026.

NOTA 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da Central Fotovoltáica Assú V S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa Financeira

Dianne Elissa Desan Calado
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Mácio dos Santos Rosa
Contador - CRC SC 023609/O-7



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.




Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 16 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O